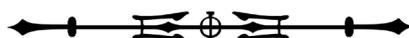


Paper do NAEA

Volume 1, Número 3, Edição/Série 523

Os circuitos da economia urbana para compreender a formação de espaços turísticos na região insular de Belém (Pará)

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues¹



RESUMO

Tendo por base a teoria dos circuitos econômicos, bem como reflexões acerca da produção do espaço insular na perspectiva do turismo em Belém, em especial sobre a Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, buscou-se analisar os efeitos do turismo nas atividades de pequeno comércio e prestação de serviços responsáveis por transformar as dinâmicas cotidianas tradicionais dos moradores, que vivem em um ambiente de diversidade biológica e cultural, onde a paisagem é sublinhada pela circulação de embarcações, pequenos portos, trapiches e atividades do circuito inferior. Para a realização do estudo sistematizou-se dados qualitativos e quantitativos tendo como fontes: observação não-participante da paisagem insular; entrevistas com comerciantes e moradores; por fim, coleta de dados secundários em revistas, jornais, dissertações, teses e páginas virtuais de notícias. Os resultados mostraram que o conjunto imbricado de relações várzea-rio-floresta vem sofrendo uma série de mudanças ocasionadas pela tentativa de desenvolvimento da atividade turística no local. O volume acumulativo de negócios do circuito superior do turismo conta com a ligação ao circuito superior marginal, principal responsável pelas atividades de circulação.

Palavras-chave: Circuitos econômicos. Espaço turístico. Ilha do Combu. Belém-Pará.

¹ Turismóloga (UFPA), doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido (PPGDSTU) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM/UFPA) Email: agflaviana@gmail.com.

ABSTRACT

Based on the theory of economic circuits, reflections on the production of island space from the perspective of tourism in Belém, in particular on the Combu Island Protection Area, analyzes the effects of tourism on small business activities and the services responsible for transforming the daily dynamics of residents, lives in an environment of biological and cultural diversity, in which the landscape is underlined by the circulation of boats, small ports, wharves and activities of the lower economy circuit. For the study, quantitative and qualitative data were systematized: non-participant observation of the island landscape; interviews with traders and residents; finally, collect secondary information in magazines, newspapers, dissertations, theses and virtual news pages. The results show the changes in the várzea-river-forest relations caused by the development of tourist activity in the place. The cumulative business volume of the upper tourism circuit is linked to the upper marginal circuit, responsible for circulation activities.

Keywords: Economic circuits. Tourist space. Combu Island. Belém-Pará.

INTRODUÇÃO

Os aspectos naturais e culturais das ilhas de Belém são reiteradamente reproduzidos na mídia local e em revistas especializadas de viagens, projetando-se imagens de interesse ao turista. A ilha do Combu, localizada na parte sul da cidade, dentro o conjunto de ilhas da capital atrelada à economia urbana do restante da cidade destaca-se como um dos espaços onde novas formas de uso e consumo da natureza vão sendo inseridas nas atividades cotidianas residuais de caráter mais ribeirinho, há uma adequação à modernidade com forte tendência à segmentação.

Entende-se que a centralidade urbana de Belém, considerando seu papel de mediação no processo de circulação de pessoas, de capital e de informações, não impede que na metrópole sejam notados pequenos grupos humanos de ritmo lento, com organizações próprias, onde a paisagem sublinhada pela circulação de barcos e canoas, pequenos portos, trapiches e atividades ligadas ao circuito inferior da economia, não seja apenas um acumulado de objetos antiquados, mas um conjunto de formas agregadas à vida das pessoas, cheias de significado e de significação.

A ilha do Combu é um desses ambientes, que parece destoar do ritmo intenso da parte continental, que se faz tão próxima e ao mesmo tempo tão distante, nela concentram-se um dos principais pontos de coleta de açaí da cidade. Esse fruto típico da região amazônica garante o sustento diário de homens, mulheres, jovens, idosos e crianças.

A Ilha do Combu também é espaço de seringueiros, castanheiros, pupunheiros, cupueiros, pescadores, catadores de caranguejo, feirantes, carregadores, lavadeiras, parteiras, carpinteiros, rezadeiras, professores, enfermeiros e tantos outros, trata-se de um ambiente complexo e múltiplo dos processos sociais que envolvem a cidade.

Para quem chega à ilha, é possível perceber que assim como em outras áreas da parte sul, a organização do espaço urbano acontece de maneira diferenciada da apresentada pelo continente, sendo o próprio rio um configurador da organização espacial. A frequência de embarcações e travessias diárias depende do número de passageiros e das necessidades destes, sendo o rio um espaço cotidiano de circulação, não se apresentando como um limite, mas como uma extensão da vida ribeirinha.

Nessas relações de configuração própria, que envolvem o imaginário e o simbólico, debatem-se no espaço os novos pequenos comerciantes, moradores ou não, ligados unicamente à atividade turística; os antigos moradores que trabalham com o turismo e com o extrativismo; os moradores que só se interessam pelo extrativismo ou ainda não tiveram oportunidades no turismo; e os donos de segundas residências que buscam o espaço para fins de lazer e descanso.

Nesse ambiente, o elemento natural e cultural é dominado pela "inflação hiperealista do mundo das imagens" (ARANTES, 2000, p. 90) e pelo fortalecimento do papel do mercado, na figura das agências receptoras de turismo (atravessadoras), das redes de hotéis e, por conseguinte, dos grandes empresários, a natureza e as comunidades tradicionais se transformam em espetáculo, em estratégias que se desenvolvem e se enfrentam.

A teoria dos circuitos da economia de Santos (2004) auxilia na análise das relações existentes entre os agentes econômicos, que se apropriam de maneira diferenciada da tecnologia, da informação e das políticas organizacionais de distribuição em determinado território. Criada na década de 1970, essa teoria vem apresentando uma série de atualizações, destacando-se em termos gerais os trabalhos de Silveira (2004), Bicudo (2006), Montenegro (2011), sendo possível

tentar adaptá-la aos estudos da organização espacial e produtiva do turismo, por sua capacidade de impingir transformações diretas em pelo menos três porções do espaço geográfico: os polos emissores de fluxos, os espaços de deslocamento e os núcleos receptores de turistas.

Sistematizaram-se dados qualitativos levantados e analisados à luz do referencial teórico, tendo por base a interpretação da vida cotidiana e as relações mantidas entre os circuitos da economia urbana dentro da particularidade do turismo. As principais fontes foram: a) observação sistemática da paisagem insular, durante o primeiro e o segundo semestre de 2017 e 2018; b) entrevistas semiestruturadas; d) por fim, a coleta de dados secundários originados de fontes como revistas, recortes de jornais, dissertações, teses e páginas virtuais de notícias. Dessa maneira, o conjunto imbricado de relações várzea-rio-floresta encontrado na Ilha do Combu vem sofrendo uma série de mudanças ocasionadas pela tentativa de desenvolvimento da atividade turística no local.

O turismo, ao se interpor analiticamente entre os dois circuitos da economia urbana, aparece inserido na divisão da produção de bens materiais, que podem ser encontrados no circuito inferior e por meio da circulação de bens imateriais, como o patrimônio cultural (culinária, arte, festas, a história) e as diversas formas de uso da natureza (apoderamento de conhecimentos, inovações e práticas detidas pelas comunidades tradicionais, que vão desde as formas de cultivo e extração, até o controle biológico) visualizados no circuito superior.

No caso da Ilha do Combu, ainda predominam as atividades pertencentes ao circuito inferior, caracterizadas pela presença do emprego familiar, pelos pequenos comerciantes que atendem a certas normas legais, empresariais e trabalhistas, e pela existência de comércios e serviços informais, onde, antes de tudo, é preciso “sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna” (SANTOS, 2008, p. 46). Nesse sentido, a região insular de Belém se apresenta como um espaço de passagem, de circulação e de elo, entre um “tempo lento” e um “tempo rápido” (SANTOS, 2008, p. 22), proporcionado pelas relações entre os sujeitos, o espaço e o entorno.

O Combu é um ambiente atraente para o mercado turístico, visto que se trata de um local potencialmente atribuído de cenários propícios para “fuga” do cotidiano da cidade. Ela vem se inserindo no planejamento urbano, no tempo rápido da economia global, nem sempre se adaptando a esse ritmo, visto que a economia pobre trabalha em áreas onde as velocidades são lentas e quem necessita de velocidades rápidas é a economia dominante das organizações.

De ilha ribeirinha a espaço de lazer programado

Dergan (2006) realizou um trabalho minucioso sobre o processo de formação socioespacial da Ilha do Combu, a pesquisa revelou que as ilhas eram tidas como atrasadas, ocupadas por pessoas com fama de preguiçosos, vadios ou com pouca vontade de trabalhar. Essa visão era justificada pelo dos líderes locais, que afirmavam que as populações insulares eram constituídas de gente inculta, pouco afeita ao domínio das roças, bastando-lhes a natureza para garantia da subsistência.

As representações sobre estes espaços, incluindo as ilhas dos arredores da qual o Combu faz parte, eram relacionadas com excesso de natureza e vazios, mesmo

que ocupados por diversos sujeitos, o que não significava espaços literalmente vazios, mas espaços cujas atividades de produção não estavam voltadas diretamente para a comercialização no mercado (DERGAN, 2006, p. 51).

Mesmo esquecidas da maioria da população, nas ilhas da parte sul eram estabelecidas redes de ligações econômicas e não-econômicas. De acordo com os registros orais realizados por Dergan (2006), as primeiras famílias que se instalaram no Combu são provenientes da Ilha do Marajó e dos Municípios do Acará, Barcarena, Igarapé-Miri e Abaetetuba, em sua maioria, expropriados de suas antigas terras pela nova dinâmica econômica e territorial que se instalava nessas regiões. Tal fato obrigava o pagamento de “dízimos” para os “donos da terra”, latifundiários, os quais mandavam periodicamente os trabalhadores para outras “propriedades”, e que por lá iam ficando.

No Combu estabeleceram-se remanescentes indígenas e quilombolas, obrigados a se afastarem da urbanização acirrada da metrópole pela disputa por terras (DERGAN, 2006; NUNES, 2017) e, posteriormente, por imigrantes nordestinos. A comunidade Igarapé Combu, mais antiga entre os agrupamentos da Ilha, teria se organizado no local por volta de 1915 com a chegada da família Quaresma, o que não impede a leitura de relatos da presença humana desde muito antes (CIRILO, 2013).

As ilhas do Município de Belém variaram em números ao longo dos anos. Com o desmembramento do território, em 1948, parte das áreas insulares passaram a fazer parte de outros municípios, como Barcarena, Acará, Ananindeua, Santa Bárbara, Marituba e Benevides (MIRANDA, 2015). A ilha do Combu, que pertencia ao Acará, integrou-se a Belém, contudo, entre os habitantes mais antigos, ainda é comum a confusão quanto ao município à qual pertencem, haja vista que as relações cotidianas e de parentesco com os vizinhos se fazem muito presentes.

Na Ilha do Combu gestou-se uma teia de relações por meio de laços parentais e fraternais, formados pelas primeiras famílias que foram crescendo e prolongando-se ao longo do terreno dos pais. Nesse sentido, afirma-se a existência de toda uma genealogia de membros da mesma família espalhados pelas comunidades (DERGAN, 2006).

Nas ilhas da parte sul perduraram práticas tradicionais de extrativismo e atividades de subsistência baseadas nos cultivos de alimentos como milho, feijão, arroz e legumes, tendo em vista as dificuldades de transporte para o continente, onde a travessia era feita em canoas a vela ou a remo (RODRIGUES, 1996).

Entre 1970 e 1989, dentro do projeto desenvolvimentista de governo, houve forte incentivo à exploração florestal na Amazônia. Em boa parte das ilhas de Belém e adjacências foram concedidos terrenos pelo governo estadual para implantação de fábricas de beneficiamento de palmito. Contudo, as concessões que eram apenas para exploração florestal, em muitos casos, viraram posses com títulos reconhecidos em cartório. No bojo destas áreas concedidas, estavam as terras de marinha, onde já residiam famílias ribeirinhas, formando-se o cenário de conflitos fundiários atual (MOURÃO, 2011).

Dergan (2006) e Nunes (2017) relatam, por meio de registros de histórias de vida, que na década de 1960, no Furo de São Benedito da Ilha do Combu, havia uma olaria voltada para a fabricação de tijolos. Pessoas se mudaram para o local em função dos terrenos concedidos pelos “donos da terra e seus descendentes” (DERGAN, 2006, p 90). Os autores supracitados relatam ainda que onde foi construído o centro comunitário da comunidade do Igarapé Piriquitaquara, antes havia uma área para castigar escravos, provavelmente do período

sesmarial, o que reforça a presença de moradores remanescentes quilombolas, em especial vindos da comunidade de Itacoã², localizada no Município de Acará.

O Centro comunitário reforça o poder simbólico e imaginário dos primeiros moradores, que atribuem a esse espaço uma representação das “conquistas” e “melhorias de vida” adquiridas pelos primeiros estabelecidos. Antes de adquirirem esse sentimento de pertencimento ao lugar, os primeiros moradores se menosprezaram diante dos antigos “donos da terra”. Atualmente, em movimento contrário, observa-se que alguns desses moradores e seus descendentes, agora estabelecidos, manifestam-se involuntariamente como “superiores” aos que vieram posteriormente, principalmente pelo seu tempo de residência no lugar; sendo esse um fator de distinção para os grupos em contextos sociais semelhantes que hoje habitam a ilha.

Com a criação do primeiro centro comunitário do Combu, a intervenção dos moradores organizados nas ações voltadas para a gestão do local converteu-se em diferencial de poder, a exemplo dos extrativistas e barqueiros. Os representantes dos centros comunitários e, posteriormente, das associações, ganharam legitimidade junto aos demais membros. Todo novo morador que não se enquadre com esse senso de pertencimento ao lugar é tido como não merecedor de ocupar um espaço na ilha.

O conjunto de variáveis até aqui investigado permite a construção de uma paisagem urbana de expressiva relação das comunidades tradicionais do Combu com a cidade, com o rio e com a floresta. Os ribeirinhos das ilhas e do continente se encontram e se misturam nos novos arranjos espaciais constantemente impostos na cidade. Em locais como a Ilha do Combu encontram-se inúmeras resistências e, sobretudo, permanências de usos já estabelecidos, formando entraves ao planejamento e gestão governamental, que, nesse caso, tenta de certa forma padronizar e muitas vezes substituir os usos tradicionais por aqueles voltados para o lazer e para o turismo.

Nos anos de 1980 e início de 1990, com o País acometido por uma forte crise política de reflexos econômicos, a Região Metropolitana de Belém passa a sofrer com o crescimento da taxa de desemprego e com o aumento das atividades do setor informal (RODRIGUES, 1996). Alia-se a essa situação o baixo desempenho competitivo apresentado pelos distritos industriais se comparados ao restante da indústria nacional. Já a órbita da vida social no Combu, até o final do século passado, permaneceu diretamente vinculada ao extrativismo, às relações familiares e de vizinhança entre os membros das comunidades. Essa dinâmica começou a sofrer modificações de ordem externa a partir do final dos anos de 1980.

A intensificação das visitas ao Combu iniciou por meio do contato de órgãos e instituições de ensino e pesquisa, principalmente o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Interessados em realizar estudos diversos, representantes dessa instituição passaram a visitá-la com frequência, possibilitando, assim, os primeiros registros de atividades com características semelhantes às desenvolvidas pelos lugares turísticos (DERGAN, 2006). Essa afirmativa surge do entendimento de que a partir da vinda de pessoas de outras cidades, do uso dos serviços de transportes, de alimentação, de excursões guiadas por membros da comunidade deu-se início às visitas organizadas na ilha.

2 O município de Acará, localizado no nordeste Estado do Pará, possui uma vasta heterogeneidade econômica, política e cultural. No Estuário do Rio Pará, no vale do rio Guamá, afluente do mesmo rio, localizam-se na margem direita deste último e a aproximadamente 13 km de distância em linha reta de Belém duas comunidades de remanescentes de quilombo chamadas, respectivamente, Comunidade remanescente de quilombo Santa Maria de Itacoã-Miri e Comunidade remanescente de quilombo Guajará-Miri (OLIVEIRA, 2013, p. 4).

O MPEG, pioneiro em pesquisas sobre a flora local, identificou possibilidades de degradações futuras na ilha, devido à derrubada desenfreada das palmeiras de açaí para a extração de palmito, iniciando o desenvolvimento de um estudo sobre as formas de manejo do fruto, ação que já vinha ocorrendo em outras ilhas (NUNES, 2017).

Entre os anos de 1987 e 1990, com o apoio financeiro da Fundação Ford, o museu realizou um projeto de extensão sobre o levantamento florístico do Combu, cujo enfoque estava em analisar os componentes biológicos da floresta. De acordo com os resultados que vinham sendo apresentados, o desenvolvimento dessa mata de várzea ocorria de maneira diferenciada da maioria das outras florestas de várzea existentes na Amazônia, haja vista que esse ecossistema se desenvolve a partir dos fluxos constantes da maré (CIRILO, 2013).

Segundo Cirilo (2013), o grupo responsável pela pesquisa relatou sua surpresa com a conservação ambiental do local, que mesmo estando muito próximo de áreas mais urbanizadas e de ilhas cuja exploração madeireira se deu de maneira mais intensa, mantinha-se uma floresta em ótimo estado de regeneração em que a população residente vivia basicamente do extrativismo de dois recursos florestais: o açaí e, em menor quantidade, o cacau. A autora expõe ainda que na mesma época haveria um projeto do governo municipal para construir uma ponte que ligaria o continente à Ilha, o que foi combatido como insustentável pelo grupo de pesquisadores do MPEG.

As pesquisas realizadas pelo MPEG, seguidas pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará (IDESP), possibilitaram a iniciativa de transformar o Combu em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Criada em 1997, a APA Combu seguiu a tendência mundial de conscientização por parte de gestores e da população em geral acerca dos problemas causados ao meio ambiente e aos recursos naturais, pelo crescimento econômico planetário acelerado.

A competência da gestão da unidade, inicialmente, foi atribuída à Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), sendo esta, posteriormente, desmembrada, originando a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Atualmente, cabe ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-BIO) a responsabilidade pela gestão da APA.

No final dos anos de 1980, o MPEG instalou uma estação experimental de pesquisa na Ilha, onde desenvolveram-se projetos até o ano de 1992. Os projetos que, além do apoio do museu, tinham a contribuição da Fundação Ford, empresa sediada nos Estados Unidos, e o posterior investimento da *Official Development Assistance* (ODA)³, uma organização bilateral de origem britânica, possibilitaram aprofundar os estudos sobre a diversificação dos recursos florestais em períodos de maior escassez (CIRILO, 2013).

Desde 1930 existe no Brasil o modelo de gestão de áreas protegidas, mas foi a partir da década de 1980 e 1990 que passou a ocorrer um forte crescimento de criação de unidades de conservação, especialmente na Amazônia (CAMELY, 2009). No Estado do Pará, o processo de

3 A maioria das grandes ONGs recebe fundos financiados e patrocinados pelas agências de ajuda e desenvolvimento, que por sua vez recebem recursos dos governos de diversos países, como no caso do Banco Mundial, da ONU e de algumas corporações internacionais. Nesse campo existem as chamadas organizações bilaterais como a britânica *Official Development Assistance* (ODA), a norte-americana *Agency for International Development* (USAID) e as multilaterais como o Banco Mundial, os organismos da ONU e outros (CAMELY, 2009).

criação de UC foi resultado, principalmente, de um projeto desenvolvido pelo IDESP, a partir do final da década de 1980, cujo objetivo central era indicar espaços para a implementação das unidades estaduais (CIRILO, 2013).

O IDESP, em paralelo a outras entidades, passou a realizar o debate em torno da requalificação da Ilha do Combu enquanto unidade de conservação. Foram realizadas demarcações geográficas, ouvidos alguns representantes das lideranças locais e, juntamente com a Assembleia Legislativa, foi elaborada a lei que oficializou a criação da APA, sem que tal iniciativa fosse uma demanda da população da Ilha (NUNES, 2017), mas do contexto político sobre o qual o Estado do Pará e o País passavam.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) surge no ano 2000, cujos critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação repercutiram por todos os estados do Brasil. Para que uma unidade de conservação fosse criada era necessária a união de três componentes: estudos técnico-científicos, concordância da sociedade e interesse político (CIRILO, 2013).

No caso da Ilha do Combu, só foi possível reunir esses elementos no ano de 1996, quando o projeto de lei foi encaminhado para o órgão responsável por sua aprovação. Durante seu processo de criação, a APA assumiu algumas especificidades como: foi indicada pelo MPEG; desenvolvida pelo IDESP; e aprovada pela Assembleia Legislativa. Esse tipo de percurso geralmente não acontece, uma vez que na maioria das unidades de conservação estaduais, os projetos de lei são encaminhados pelo gabinete do governador para aprovação na Assembleia Legislativa (CIRILO, 2013). Somente alguns moradores obtiveram conhecimento do processo de criação da área de proteção ambiental, não havendo consulta pública aos habitantes da Ilha, haja vista que na época isso ainda não era uma exigência legal (RIBEIRO, 2010).

Entretanto, as famílias mais "influentes" da Ilha, como é o caso da família Quaresma, tinham conhecimento e apoiavam a iniciativa, pois sempre tiveram interesse em manter a ilha do Combu conservada. Além dessa família, poucos eram os moradores com conhecimento sobre as diversas ações previstas para a Ilha, tão pouco estariam cientes do processo de criação da APA (CIRILO, 2013).

No que diz respeito às políticas de turismo, entre os anos de 2007 e 2010, destacam-se as diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT) estruturado pelo MTUR, descentralizando parte das estratégias que eram responsabilidades do governo federal. Dentro desse plano maior, encontra-se o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), cujos objetivos buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística mediante processos de planejamento das regiões turísticas (BRASIL, 2004).

No Estado do Pará, evidencia-se o Plano de Desenvolvimento Turístico (PDT), que, entre os anos de 2001 a 2011, constituiu-se como o primeiro instrumento de fomento do turismo, convertendo-o em um destino turístico preferencial para o mercado nacional e internacional, mediante o desenvolvimento de ações que aumentassem a permanência e gasto do turista no Estado, assim como sua competitividade. Por meio do PDT permitiu-se a divisão do Pará em polos turísticos: Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Tapajós, Xingu e Araguaia-Tocantins (PARÁ, 2001).

Mais adiante, buscou-se através do relatório do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), componente das ações do PRODETUR, atrair investimentos e linhas de crédito para os polos Belém, Marajó e Tapajós. Entre as ilhas contempladas no polo

Belém encontram-se Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba e Combu, que, de acordo com o relatório, possuem belezas naturais em comum, além da existência de atividades turísticas (PDTIS, 2009).

Os projetos enviados pela antiga Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) ao MTUR previam parcerias com instituições no sentido de realizar ações de provimento de infraestrutura e serviços básicos para a melhoria da qualidade do serviço turístico nos seis polos do Estado. Em relação ao Combu, a SECTAM/SEMA ficou responsável pela elaboração do projeto intitulado “Complexo Turístico da APA da Ilha do Combu” que previa implantação de um centro de visitação constituído por uma base administrativa, um posto de informações turísticas, uma casa de artesanato e outras estruturas, prevendo-se ainda a implantação de uma rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário e a construção de equipamentos de apoio ao complexo (CIRILO, 2013).

Desde sua criação até os anos de 2010, período em que a gestão da APA foi conduzida pela SEMA, os estudos apontam que poucas mudanças por parte da gestão foram significativas na Ilha, com destaque para a proibição da extração do palmito e de outros tipos de madeira, o que nunca foi seguido a risca pelos moradores uma vez que a fiscalização não era frequente no local (RIBEIRO, 2010).

Reforça-se que mesmo constando entre as exigências na legislação estabelecida pelo SNUC (2000) de que unidades de conservação de uso sustentável devem ter um plano de manejo e um conselho gestor, até o momento somente o conselho gestor foi constituído. Sendo que, para Cirilo (2013), o conselho só foi criado no ano de 2008, cerca de dez anos depois de sua criação, devido a possibilidade de atração de recursos que poderiam ser investidos na Ilha.

As intervenções que acontecem em Áreas de Proteção Ambiental surtem mudanças de comportamento e alterações na estrutura de poder local. Passa-se a configurar no Combu um espaço político, cujo campo de grupos sociais com interesses diversos entram em consensos e conflitos constantemente. Cabe ao poder público a tarefa de construir uma série de estruturas legais que conduzem o ritmo da promoção do turismo em determinado local (SILVA, 2012).

O desenvolvimento do turismo, como o conhecemos hoje na Ilha do Combu, tem relação particular com o processo de criação da APA, uma vez que foi a partir da década de 1980 que se estabeleceram as primeiras relações entre visitantes, empresas de turismo e os representantes das comunidades, principalmente a Beira Rio e o Igarapé Combu, primeiras a receberem as instalações de restaurantes (DERGAN, 2006). Desde 2003 existem tentativas de moradores e donos de restaurante de construir “trilhas educativas” nos terrenos da comunidade Beira Rio e Igarapé Combu (DERGAN, 2006), por considerarem que os traçados da mata e do cotidiano ribeirinho são atraentes aos olhos dos visitantes.

Considera-se que entre os anos de 1990 e 2000 foi o início de atividades voltadas para o ecoturismo do tipo *river-tour*, de curta duração, na Ilha. Os roteiros eram disponibilizados tanto por agências de receptivo quanto por hotéis da cidade, tais como o Novo Hotel, Neytur Turismo e Gaia Terra Turismo, voltados exclusivamente para a contemplação da natureza e das habitações dos ribeirinhos (CIRILO, 2013).

Com a construção dos primeiros restaurantes, inicialmente três, sendo dois de propriedade de moradores da Ilha, o Restaurante Saldosa Maloca e o Restaurante Sabor da Ilha, e um de propriedade do Novo Hotel (atual Hotel Beira Rio), atualmente fechado e disponível para aluguel, o fluxo de visitantes era composto, principalmente, pela população da

Região Metropolitana de Belém. Daí em diante, o espaço da Ilha do Combu passa a ganhar destaque entre os atrativos turísticos da cidade, sendo o início do processo de valorização e resignificação do lugar, onde a atividade turística passa a disputar com o extrativismo a produção econômica local.

Segundo Rodrigues (2006), houve ainda a tentativa de formar uma cooperativa de bijuterias na ilha, a partir do beneficiamento de sementes regionais, e ainda uma segunda para a produção de geléia de cacau, ambas em parceria com o Centro de Educação Montessoria do Pará (CEMP) e com o Centro Universitário do Pará (CESUPA), que ficariam responsáveis pelas oficinas, treinamentos e insumos para a fabricação dos produtos, além da orientação jurídica para os ribeirinhos envolvidos no projeto. Inicialmente a proposta foi voltada apenas para a doação de roupas e alimentos, entretanto, houve a recusa por parte das lideranças locais, afirmando que os moradores da ilha precisavam de renda extra no período da entressafra do açaí, quando as dificuldades econômicas aumentavam consideravelmente.

Os moradores das comunidades receptoras, normalmente, têm uma visão positiva do turismo no início das atividades, relacionando-o principalmente ao discurso do poder público como gerador de renda, de emprego e de desenvolvimento local (MOLINA, 2006). Entretanto, depois de certo tempo, as opiniões se dividem, devido as mazelas sociais que surgem junto ao progresso econômico.

Nas sociedades pós-industriais, o turismo está inserido no contexto maior do lazer e do entretenimento, igualmente consumindo bilhões de dólares em investimentos e outros bilhões de dólares de lucro (TRIGO, 1993). Nesse processo, somente o que pode ser contado e valorizado mercantilmente, faz parte do grupo de “necessidades” dos seres humanos modernos.

Reconhecida por sua beleza cênica e pelas ações de *marketing* de cunho público-privado registrados desde 2006, encontram-se as aquisições de segundas residências na Ilha (RODRIGUES, 2006), que, a partir da oferta e valorização em revistas e jornais, reconhecem o espaço como alternativa de lazer, diversão e turismo.

Os circuitos da economia urbana na perspectiva dos espaços turísticos insulares de Belém: o exemplo da Ilha do Combu

Os circuitos se apresentam em diversos grupos de uma sociedade, podendo ser representados por instituições financeiras, pelo Estado, pela família, pela indústria, comércio e empresas. O circuito superior é o espaço das minorias economicamente privilegiadas e institucionalizadas, dos proprietários dos meios de produção, dos controladores dos processos produtivos e da acumulação do capital. Envolve alta tecnologia, publicidade e propaganda, bem como estimula o consumo.

O turismo pode ser facilmente reconhecido nesse circuito por ser um fenômeno primordialmente inserido nas dinâmicas globais, mediadas por processos sociais, técnicas e racionalidades articuladas por redes de serviços de apoio e infraestruturas interligadas, como redes de hotéis, restaurantes, de agências de viagem, de operadoras turísticas, de empresas de transporte e de marketing. As tecnologias geralmente são estrangeiras, semelhantes e de alto padrão. Em um hotel de rede ou em uma companhia aérea internacional, por exemplo, encontra-se um elevado capital intensivo e uma dependência direta dos escritórios locais aos escritórios centrais localizados nos países desenvolvidos.

O circuito inferior é representado pelo conjunto de indivíduos que vivem basicamente da sua força de trabalho, sem a utilização intensiva do capital, cujas vendas em pequena escala, o comércio e a prestação de serviços menos modernos e com pouca tecnologia, compõem a base da economia. É representado "pelas atividades da população pobre, possuindo diferentes formas de organização – micro empresas pouco capitalizadas, que podem ser individuais ou familiares, prestadores de pequenos serviços, pequenos comércios, pequenos negócios domésticos, vendedores ambulantes etc" (MONTENEGRO, 2011, p. 2). Acredita-se que, de acordo com o nível de densidade dos fixos e fluxos, possibilidades de existência e permanência para as atividades do turismo no circuito inferior podem ser criadas, prevalecendo a presença de atividades mais tradicionais, como o pequeno comércio de serviços artesanais, alimentício e de lazer.

Em razão da flexibilidade e da adaptação do capital no momento atual, o circuito superior relacionado às atividades econômicas do turismo manifesta-se em Belém, principalmente, por meio de sua ligação com o circuito superior marginal, evidenciada em função do uso territorial na área central da cidade, por sua predisposição: em infraestrutura e logística (aeroporto internacional, centro de convenções, equipamentos de apoio, como assistência médica, alimentação, segurança e comunicação); e pela localização dos escritórios e filiais de grandes empresas nacionais e multinacionais, de centros financeiros, das sedes de órgãos públicos estaduais e de demais entidades da sociedade civil organizada.

Na Ilha do Combu ainda predominam as atividades pertencentes ao circuito inferior, caracterizadas pela presença do emprego familiar, pelos pequenos comerciantes que atendem a certas normas legais, empresariais e trabalhistas, e pela existência de comércios e serviços informais (Quadro 01).

Quadro 01 - Combu: os circuitos superior, superior marginal, inferior e a perspectiva do turismo

Circuitos economia	Características	Agentes	Tipologia serviços	Vendas	Consumidores	Fomas de aquisição
Circuito Superior	Estruturas burocráticas; mão de obra reduzida; Trabalho assalariado (em alguns casos com participação nos lucros); hierarquia pouco flexível ou inflexível; preços fixos; atividades são concebidas em escritórios centrais; conexão com grandes agências de publicidade, promoção de eventos, grandes operações logísticas, consultorias especializadas em pesquisa mercadológica junto ao consumidor; conexões com o sistema financeiro.	Redes de hotéis; franquadoras; grandes agências de viagens; operadoras turísticas.	Concepção e design modernos, com marketing desenvolvidas sob o domínio de um núcleo central. A execução dos serviços geralmente é realizada por filiais, franquias e ou bandeiras instaladas nas regiões de interesse.	Executado por grandes operadoras turísticas, por meio de sistemas de informação (reservas on-line), pontos de vendas próprios ou autorizados dentro da instalação local.	Classe média alta; turistas nacionais e internacionais; funcionários de grandes empresas com negócios em determinada região.	Vários níveis de negociação e fomas burocráticas de crédito: cartões de crédito, venda a prazo para empresas previamente cadastradas, por vezes em dinheiro líquido (desde que o pagamento seja realizado antes do consumo).

<p>Circuito Superior Marginal</p>	<p>Estruturas burocráticas; trabalho assalariado; hierarquia mais flexível; preços fixos (possibilidade de negociação); atividades planejadas em escritórios locais; conexão com empresas das regiões onde se instalam: gráficas, escritórios contábeis, agências de publicidade, promotoras de eventos, locadoras de veículos, telemarketing etc ; menor volume de serviços; dependência dos períodos de sazonalidade ; conexões com o sistema financeiro.</p>	<p>Hotéis de pequeno e médio porte; Agências de receptivo turístico; Agências franqueadas.</p>	<p>Oferecem serviços de acordo com a necessidade das grandes redes que dominam o mercado. Possuem liberdade para criar seus próprios pacotes e roteiros.</p>	<p>Executado por escritórios e sedes das empresas, localizadas em sua maioria em bairros centrais, por meio de vendas diretas ou por sistemas de informação (reservas on-line).</p>	<p>Redes e operadoras; franqueadora; turistas nacionais e internacionais ; clientes de classe média alta.</p>	<p>Vários níveis de negociação e fomas burocráticas de crédito: cartões de crédito, venda a prazo para empresas previamente cadastradas, por vezes em dinheiro líquido (desde que o pagamento seja realizado antes do consumo).</p>
<p>Circuito Superior</p>	<p>Estruturas burocráticas; mão de obra reduzida; Trabalho assalariado (em alguns casos com participação nos lucros); hierarquia pouco flexível ou inflexível; preços fixos; atividades são concebidas em escritórios centrais; conexão com grandes agências de publicidade, promoção de eventos, grandes operações logísticas, consultorias especializadas em pesquisa mercadológica junto ao consumidor; conexões com o sistema financeiro.</p>	<p>Redes de hotéis; franquadoras ; grandes agências de viagens; operadoras turísticas.</p>	<p>Concepção e design modernos, com marketing desenvolvidas sob o domínio de um núcleo central. A execução dos serviços geralmente é realizada por filiais, franquias e ou bandeiras instaladas nas regiões de interesse.</p>	<p>Executado por grandes operadoras turísticas, por meio de sistemas de informação (reservas on-line), pontos de vendas próprios ou autorizados dentro da instalação local.</p>	<p>Classe média alta; turistas nacionais e internacionais; funcionários de grandes empresas com negócios em determinada região.</p>	<p>Vários níveis de negociação e fomas burocráticas de crédito: cartões de crédito, venda a prazo para empresas previamente cadastradas, por vezes em dinheiro líquido (desde que o pagamento seja realizado antes do consumo).</p>
<p>Circuito Inferior</p>	<p>Estruturas pretéritas; capital reduzido; trabalho intensivo ; salário não obrigatório; estoques reduzidos e de qualidade inferior; preços negociáveis; publicidade reduzida; adaptação e reutilização frequente dos bens.</p>	<p>Donos de restaurante; produtor agroextrativista; artesão; Conductor embarcação condutor trilha; trabalhador: cozinheiros, garçons, garçonetes, auxiliares de serviços gerais, condutores de trilhas, apanhadores de frutos, vendedores de artesanato.</p>	<p>Oferece produtos e serviços diversos, com baixa qualificação Mão de obra familiar e/ou de vizinhos para a execução das atividades de produção. Critérios próprios de comercialização e subcontratação.</p>	<p>Executado pelos próprios comerciantes, produtores rurais e condutores de trilhas e embarcações, com pontos de venda localizados dentro da própria Ilha e no porto da praça Princesa Isabel.</p>	<p>Visitantes locais; turistas individuais ou grupos nacionais e internacionais.</p>	<p>Dinheiro líquido ; Cartões de crédito ; venda a prazo ("fiado" ainda acontece, principalmente quando tratam-se de pessoas conhecidas ou quando acesso a tecnologia se torna limitado por adversidades no uso de energia elétrica ou no sinal de telefonia.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Santos (2008), Silveira (2004) e no trabalho de campo realizado de julho a janeiro de 2018.

O alargamento dos contextos e a lugarização das ações (SANTOS, 2014) é permitida em grande medida pela existência da metrópole regional, que centraliza diversas atividades estratégicas. Nesse sentido, nas subcontratações realizadas pelas grandes marcas turísticas, são selecionadas as maiores ou mais antigas agências de Belém, como é o caso da Valeverde Turismo, que, por sua vez, em muitos momentos subcontrata outras pequenas agências para realizar parte dos roteiros por ela comercializado⁴ e adquirem, ainda, outros serviços como o transporte para os grupos.

Assim, observa-se a influência dos agentes hegemônicos externos sobre os arranjos locais preexistentes, configurando-se no aumento da dependência do circuito inferior, na emergência do circuito superior marginal e em novas formas de relação entre ambos os circuitos, “especialmente com a terceirização de determinadas tarefas” (MONTENEGRO, 2011, p. 189).

A emergência de um circuito superior marginal decorre da formação de sistemas de organização mais peculiares, cujas características principais são o emprego simultâneo de normas globais e técnicas locais. Empresas organizam-se em sistemas organizacionais, ou seja, conjuntos de ações que se realizam em torno de certas normas jurídicas, técnicas financeiras e informacionais (BICUDO, 2006). As agências de receptivo turístico⁵, ao comercializarem pacotes e roteiros personalizados do circuito superior, permitem aos agentes hegemônicos atingir faixas geográficas de mercado sem necessariamente precisar instalarem-se fisicamente nas regiões mais distantes dos seus escritórios centrais.

Para Bicudo (2006), a organização consiste na atividade de concepção e controle de uma divisão territorial do trabalho produtivo, o que envolve não só a produção propriamente dita, mas também a gestão e a pesquisa, isto é, um conjunto de normas (técnicas, jurídicas, financeiras e informacionais) que funcionam em função de determinada atividade econômica.

Os representantes do circuito superior marginal são os principais responsáveis pelo encadeamento atual da atividade turística na Ilha do Combu. São esses agentes que conectam diretamente o visitante com os serviços turísticos e de lazer prestados na Ilha. Desse modo, o espaço é (re)configurado de acordo com o percurso das embarcações pertencentes ou terceirizadas por essas empresas, criando uma relação de dependência econômica direta entre os comércios do circuito inferior com os agentes do circuito superior marginal.

Essas pequenas empresas expressam conteúdos próprios de trabalho, o que reforça seu caráter marginal. Primeiro, o trabalho acontece em menor proporção, se comparado ao circuito superior, preso nos contextos locais. Dentre as agências que atuam no Combu, somente a Valeverde Turismo possui mais de uma loja, atuação internacional e frota expressiva de meios de transporte para atendimento ao turista; nesses espaços concentram-se toda a gestão e as vendas dos serviços turísticos. Segundo, o trabalho se realiza sob limitada modernização tecnológica, operando em unidades residenciais ou em ambientes

4 Informação confirmada por meio de mensagem de e-mail da representante da agência durante o trabalho de campo realizado em novembro de 2017.

5 No trabalho de campo foram identificadas as seguintes empresas de receptivo turístico comercializando passeios na Ilha do Combu: Estação Gabiraba, Amazon Star Turismo, Rocha Tur, Amazon Pará Turismo e Receptivo, Boeing Turismo e Eventos, Gekos Receptivo, Brazil Amazon Turismo, Ornatos Embalagens, Amazônia Aventura, Instituto Street River e Valeverde Viagens e Turismo, além de alguns guias de turismo regional, que de maneira independente montam roteiros personalizados para grupos e comercializam em suas páginas pessoais na internet.

reduzidos com poucos cômodos. Destaca-se ainda a Amazon Star Turismo, que possui meios de transporte próprios para a condução dos grupos, e a Rocha Turismo, por sua atuação com grupos internacionais, localização e estrutura mais privilegiada em edifício comercial em um bairro nobre da cidade. Terceiro, o capital disponível não se sobressai sobre a questão do trabalho. Nesses estabelecimentos o acúmulo de funções e de cargos é muito comum entre os trabalhadores, sendo possível encontrar o proprietário realizando atividades jurídicas, financeiras e de atendimento.

Para a análise do circuito inferior, predemo-nos às percepções encontradas na Ilha do Combu, por seu alcance limitado e mais restrito, assumindo as etapas de prestação dos serviços de lazer e turismo, em que a organização “compreende as atividades incapazes de uma macroorganização do espaço” (SANTOS, 2008, p. 277). Assim, na Ilha do Combu, os comerciantes, donos de bares e restaurante, os condutores de embarcações instalados no porto da Praça Princesa Isabel, e alguns pequenos produtores rurais, esperam e negociam diretamente com representantes das agências de receptivo e com guias de turismo, que adquirem os serviços com valores mais baixos revendendo-os posteriormente com preços mais altos para as agências e operadoras maiores. Essas empresas, por sua vez, colocam sua margem de lucro sobre o produto final.

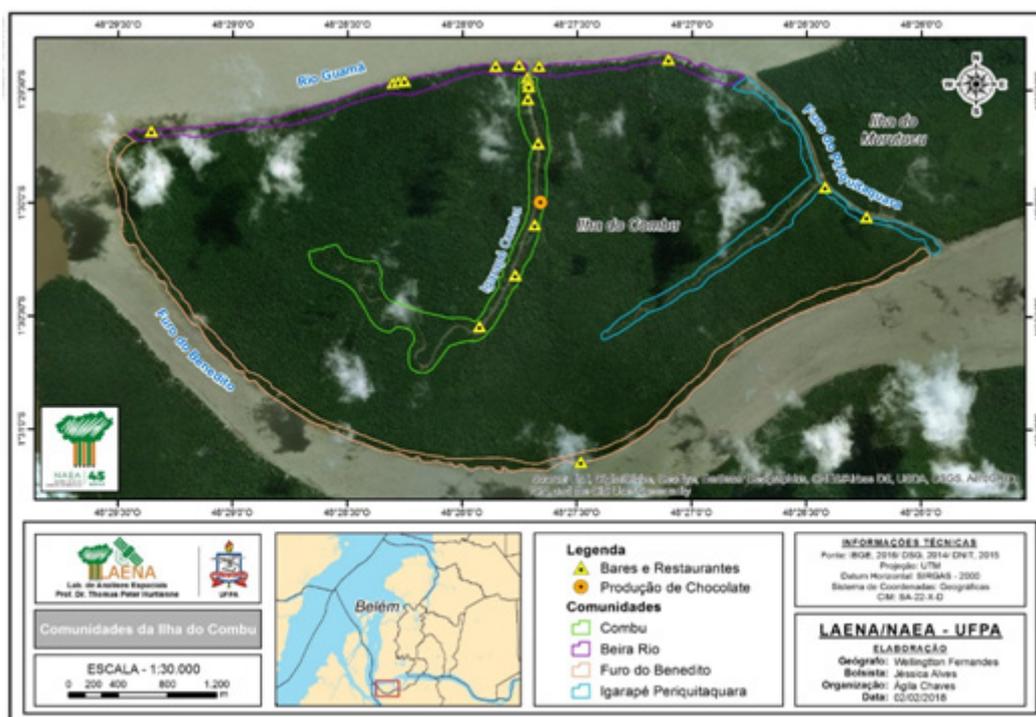
A orla insular apresenta usos de caráter residencial, comercial e uma diversidade de práticas ribeirinhas que se misturam com as práticas ligadas ao lazer e ao turismo, onde o rio, as embarcações, os pequenos portos e trapiches, adquirem novos usos por parte dos atuais agentes. As agências de receptivo e os guias de turismo, responsáveis por trazer pequenos e médios grupos de visitantes para a Ilha, exercem uma importância considerável dentro desse conjunto de atividades econômicas, no qual o lazer e os serviços de alimentação se valem da valorização da paisagem e da exploração da mais-valia do trabalhador combuense.

Os bares e restaurantes⁶ são presenças marcante ao longo da margem insular, bem como a produção de chocolate. Não obstante, atualmente esses objetos espaciais apresentam-se de maneiras diferenciadas de acordo com sua localização na Ilha (mapa 01). Esses estabelecimentos estão entre as maiores construções e, apesar de muitos possuírem estrutura simples e improvisada, alguns se destacam por incorporar à sua arquitetura elementos semelhantes aos encontrados na parte continental da cidade e em outros locais turísticos.

A faixa de orla das comunidades do Igarapé Piriquitaquara (ou da Paciência) e do Furo de São Benedito apresentam um ambiente mais preservado (ecológico), de expressão predominantemente residencial, diferindo significativamente da faixa de orla do furo do Igarapé Combu e da comunidade Beira Rio. Aos fins de semana e na entressafra do açaí, período em que as vendas do fruto diminuem, é comum ver os moradores dessas comunidades, em especial os jovens, realizando atividades remuneradas nas embarcações e nos empreendimentos de alimentação, vendo nessa prática uma maneira de amenizar a sua condição de pobreza.

6 No trabalho de campo, realizado em julho de 2017 a janeiro de 2018, foram mapeados os seguintes estabelecimentos e atividades de lazer e turismo: 1) Comunidade Beira Rio: Casa Combu, Restaurante Ilha Bela, Bar e Restaurante Maloca do Pureza, Bar do Marquinho, Restaurante Solar da Ilha, Restaurante Marina B&B (disponível para aluguel), Bar Remanso; 2) Comunidade Igarapé Combu: Saldosa Maloca, Restaurante Portas Abertas, Restaurante Casaverde, Restaurante Nossa Maloca, Restaurante Sabor da Ilha, Combu Grill, Bar do Índio, Restaurante Ribeirinho, Restaurante Chalé da Ilha, produção de chocolate artesanal Filha do Combu e a Trilha Ecológica Combu; 3) Comunidade Igarapé Piriquitaquara (ou Furo da Paciência): Bar e Restaurante do Boá e Restô da Ilha; 4) Comunidade Furo São Benedito: Restô da Márcia.

Mapa 01 - Ilha do Combu: divisão espacial por comunidades



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne (LAENA), 2018.

Na comunidade do Igarapé Piriquitaquara (ou Furo da Paciência) e São Benedito os estabelecimentos são geridos pelos próprios moradores. Nesses locais os comércios possuem uma estrutura menor e mais adaptada às condições físicas da área. Um movimento interessante na comunidade Igarapé Piriquitaquara é a presença de embarcações com pequenos grupos de visitantes que percorrem o local em busca de observar e extrair fotografias das casas contempladas pelo projeto de arte *Street River*, realizado desde 2015. Promovido e idealizado por um artista local de nome Sebá Tapajós, o evento trouxe a proposta de transformar algumas casas e embarcações da Ilha, em especial nas comunidades Piriquitaquara e Igarapé Combu, em uma galeria de arte em grafite a céu aberto. Ao total foram finalizadas vinte obras, estampando desenhos que fazem menção à natureza amazônica.

Em uma dinâmica socioespacial intimamente ligada ao rio, a maioria, senão todas as famílias possuem um membro cuja profissão seja a de "barqueiro profissional", atividade quase sempre complementar à principal, a extração de açaí e em menor escala o cacau. Os "barqueiros", são sujeitos que conduzem ou trabalham em barcos, seja utilizando-os para a pesca ou na condução de passageiros. Na comunidade do Igarapé Piriquitaquara encontra-se a maioria desses condutores, conforme dados fornecidos em entrevista pelo vice-presidente da Cooperativa de Transporte Escolar e Alternativo das Ilhas de Belém e Adjacentes (COOPETRANS), que também é membro do conselho gestor da Ilha.

Os condutores de embarcações circulam pelos furos e igarapés da Ilha com grupos organizados por empresas turísticas ou com passageiros desacompanhados, sendo divididos em duas associações de barcos e em uma cooperativa de lanchas: a COOPETRANS, criada no ano de 2016, com 24 condutores de lanchas (tipo rabeta) cadastrados; a Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo das Ilhas de Belém e do Baixo Acará (ASTIB), fundada

em 2014, com 12 embarcações cadastradas; e, a Associação dos Barqueiros Ribeirinhos e condutores do Município de Belém (ARBCIMB), fundada em 2010, com 16 associados. Ademais, na Praça Princesa Isabel observou-se o movimento de condutores irregulares perante à Capitania dos Portos e não pertencentes a nenhum dos grupos organizados.

Na comunidade São Benedito, em especial, pela distância e pelo isolamento em relação à parte continental de Belém e até mesmo da parte onde estão concentradas a maioria das residências da Ilha, encontra-se um único restaurante cuja frequência se dá por visitas de pequenos grupos de pessoas, em que predominam embarcações mais sofisticadas, conduzidas pelos próprios donos ou por pilotos particulares, sendo acomodadas aos finais dos passeios nas marinas próximas da Praça Princesa Isabel, como a Marina B&B e o Espaço Náutico Marine Club, ambas na avenida Bernardo Sayão.

Os estabelecimentos mais próximos das margens do Rio Guamá, na comunidade Beira Rio e na comunidade do Furo do Igarapé Combu, apresentam um conjunto de serviços de alimentação e de lazer mais modernos, com maior número de opções recreativas, como piscinas para crianças e adultos, parques infantis com gramado sintético, área para eventos, campos de futebol, trilhas ecológicas, possuindo alguns, inclusive, portos privados ao longo da orla continental da parte sul da cidade, exclusivos para o uso de clientes. Nesse último grupo, podem ser encontrados comerciantes e empresários que não possuem nenhum vínculo com a Ilha, moradores da parte continental, que encontraram um ambiente propício para estabelecer seus negócios, subcontratando moradores para realizarem serviços de atendimento aos clientes e de produção nas cozinhas.

Os caminhos que levam Ilha adentro, de pouca incidência de moradorias, conduzem o visitante a contemplar a retirada dos frutos da floresta, sendo (re)organizados, ainda que timidamente, para receber o fluxo de visitante que desejam vivenciar a cultura e o manejo do açaí. As trilhas ecológicas, termo mais comercial, surgem a partir da abertura dessas passagens, configurando-se espaços voltados para as atividades de lazer e de turismo de aventura (caminhadas, trilhas, arvorismo, rapel, canoagem), sendo aproveitadas economicamente pelos donos de restaurante e por moradores que, a partir da realização dos cursos e capacitações promovidos pelos órgãos públicos estaduais, viram no turismo uma oportunidade de ampliação da renda familiar.

Ainda sobre a análise espacial da distribuição dos equipamentos turísticos na Ilha, além dos bares e restaurantes, é possível identificar estruturas para fins comerciais, como o espaço destinado à fabricação artesanal de chocolate, derivado da produção de cacau existente no Combu e nas ilhas próximas, que atrai visitantes e profissionais de gastronomia de todo o País interessados nos rendimentos do chocolate orgânico ou de origem, aquele plantado e beneficiado no mesmo local de negociação.

Entre as mudanças sociais provocadas pelo processo de implantação desse empreendimento no furo do Igarapé Combu, nota-se que ao redor da instalação aumentou consideravelmente o número de restaurantes, o fluxo de embarcações e a intensificação das atividades de vendas de produtos da floresta dentro da própria Ilha, como as frutas (cacau, taperabá, cupuaçu, bacuri), que anteriormente eram quase totalmente vendidas nos portos e feiras da parte continental e agora são, primeiramente, ofertadas para esses estabelecimentos.

Nesse sentido, na Amazônia, a promoção do turismo passa a ser uma atividade importante, chamando a atenção para as dinâmicas da floresta, modificando-as. É nesse contexto que o

Combu vem ganhando relativa importância no cenário econômico belenense, por concentrar uma psicofera relacionada à imagem de cidade de forte expressão cultural ribeirinha, respeitando e resgatando a memória dos grupos populacionais tradicionais, que habitam em harmonia com a cidade e com a natureza.

Pelo fato da Ilha do Combu ser uma área de proteção ambiental, a entrada de investimentos do circuito superior e de capital externo, torna-se um tanto limitada, devido aos entraves impostos pelas diferentes regulamentações a esse tipo de ambiente, fazendo com que as firmas do circuito moderno migrem para lugares que não apresentem tais obstáculos. Em contrapartida, alguns agentes dominantes, muitas vezes, arrumam meios para abrandar os instrumentos legais e penetrar nas áreas de interesse para o capital.

Na Ilha do Combu prevalece a propagação de agentes do circuito inferior. As dificuldades e impedimentos na construção de empreendimentos imobiliários turísticos em geral (meios de hospedagem, parque-aquáticos, clubes, etc) em unidades de conservação contribuem para o avanço desse circuito, identificado por meio das atividades exercidas pelos trabalhadores, em sua maioria moradores do local.

Assim, enquanto na parte continental de Belém torna-se mais acessível visualizar todas as manifestações dos circuitos da economia moderna, na região de ilhas, são mais facilmente observadas as relações ligadas ao circuito inferior. Quando voltadas para o lazer e para o turismo, essas atividades complementam a renda familiar e individual dos pequenos grupos de residentes, demonstrando que, no circuito inferior, o trabalho pode ocorrer de maneira mais inclusiva, distributiva e menos desigual.

Muitos homens e mulheres do Combu exercem mais de uma atividade em dias e horários diferentes. Os trabalhadores que antes se fixavam somente na pesca, no transporte fluvial e no extrativismo, agora são vistos no atendimento e na cozinha dos restaurantes e dos bares, na condução de trilhas ecológicas, no transporte em embarcações de visitantes e auxiliando na coleta e beneficiamento do cacau para a produção de chocolate.

Para Montenegro (2011), esse fenômeno, que consiste na realização de múltiplas tarefas por parte de um mesmo agente, ou seja, no engajamento do trabalhador em diferentes ocupações simultaneamente, demonstra a especificidade do circuito inferior de Belém, cuja essência é renovadora e adaptativa. Portanto, os fins de semana que anteriormente eram voltados para a folga e para o descanso, agora se dirigem para o desenvolvimento de afazeres remunerados que complementam a renda individual e familiar. Desse modo, há uma readequação da vida em prol do lazer e do turismo, uma vez que o descanso semanal, quando possível, passa a ser realizado nos primeiros dias da semana, como na segunda-feira e na terça-feira.

A prestação dos serviços de lazer e turismo da Ilha, compreendem também as formas urbanas de trabalho assumidas pela pobreza, diversificando-se e renovando-se constantemente (MONTENEGRO, 2011). Revelam-se nas paisagens da orla insular, onde os restaurantes são caracterizados por estruturas de madeira e de alvenaria, variando entre telhados de palha e de telhas, todos com trapiches e rampas de acesso feitos com material reaproveitado da floresta.

Outrossim, com a intensificação do movimento nos restaurantes, o lucro obtido é relativamente baixo, tendo em vista a concorrência e o endividamento entre os comerciantes. O anseio dos moradores donos de restaurantes em imitar o padrão estabelecido pelo mercado faz com que seja necessário criar produtos e vendas cada vez com mais qualidade

e sofisticação, exigindo investimentos em tecnologia que possam garantir a permanência da atividade na Ilha e a garantia de sobrevivência do negócio. Contudo, os investimentos são pouco significantes se comparados a outros locais, uma vez que, no circuito inferior, a tecnosfera é readequada às necessidades e às condições financeiras dos agentes.

Outro fator agravante é a sazonalidade nos períodos de maior fluxo de visitantes, limitados aos meses de férias escolares e aos feriados, obrigando os comerciantes a acumularem certo volume de capital de giro ou a acumular outras atividades que possam garantir a renda.

A força da lógica do consumo e da alienação sobre os usos de elementos tradicionais tornam-se cada vez mais intensas. As trilhas ecológicas, tirolesa, arborismo, descanso nas redes e passeios de *jet-ski* são cobradas em vários desses locais, com valores semelhantes aos praticados nos grandes centros turísticos. O mesmo acontece com os doces, sobremesas e com os produtos derivados do cacau, por suas características únicas e personalizadas, agregam valores condizentes com os praticados pelos grandes empresários desse tipo de segmento, denominado pelo mercado gastronômico como “produtos de origem”, aqueles feitos com ingredientes específicos de determinada região carregados de características diferenciadas.

Entre as contradições encontradas nessas relações, observa-se que, mesmo a Ilha apresentando as diversas condições usuais de bairros da periferia de Belém, os produtos comercializados nos restaurantes, na produção de chocolate, no artesanato e nos roteiros de barco não são baratos ou tão acessíveis. A variedade de preços, de modo que seja possível atingir diferentes camadas sociais de consumidores, não acontece por completo, principalmente em se tratando dos estabelecimentos localizados nas comunidades Igarapé Combu e Beira Rio, voltados quase que exclusivamente para aquelas pessoas que não moram na Ilha.

Com o trabalho sendo cada vez mais especializado em proveito das atividades econômicas de lazer e de turismo, envolvendo diversas etapas e atores de diferentes níveis de poder em complexos processos de cooperação e concorrência – possa haver a densificação do espaço de fluxos (mais transportes, mais comunicações, mais finanças), promovendo o aumento no valor da localização e do meio construído, com isso, a expulsão de alguns atores (SILVEIRA, 2004).

Nos estabelecimentos comerciais cujos proprietários possuem maior poder econômico, capacidade e facilidades para adquirir produtos de outros locais, o cardápio é diferenciado, oferecendo variado número de ingredientes vindos de outras regiões do País e algumas vezes até mesmo importados. Por outro lado, entre os produtos regionais, destacam-se os extrativistas, como as frutas (açai, cacau, taperebá, bacuri, cupuaçu, carambola, acerola, goiaba, pupunha, manga)⁷; o pescado (pescada amarela e branca, filhote, caranguejo, camarão, tambaqui, pirarucu, tainha, tucunaré), adquirido nas feiras da parte central e sul da cidade; os agroextrativistas e hortifrutigranjeiros (maracujá, abacaxi, limão, acerola, goiaba, frango, pato, ovos, laranja, manga, banana, muruci, coentro, cebolinha, chicória, pimentas, quiabo, repolho, maxixe, jambu, couve, alface, jambu, variações de pimentas, cebola, mandioca, farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupi, pepino).

7 Na ilha ainda são produzidos/cultivados frutos, plantas e ervas que são comercializadas pelos moradores nas feiras de Belém, como ingá, jambo, andiroba, babosa, sabugueiro, palmito de açai.

A gente não absorve mais por causa da questão qualificação. Por exemplo, adquiero polpas de frutas da comunidade do Abacatal, em Ananindeua, e de Boa Vista. Eles têm uma associação e um espaço próprio para manipulação. Várias pessoas daqui têm o produto, mas sou insegura quanto a manipulação. [...] Aqui todos têm taperebá, mas eu compro lá do outro lado da Ilha, pois se tratam das mesmas pessoas que repassam pro Point do Açaí. Eles têm respaldo. (Comerciante e produtora rural, 52 anos, moradora Igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

A gente tem açaí, e de alguns moradores a gente compra taperebá e araçá, outras frutas. O açaí é nosso, do sítio mesmo. Como aqui não produzimos mandioca, macaxeira no caso, a gente compra de Jacarequara que é uma comunidade aqui de perto. A farinha compramos de Boa Vista, outra comunidade aqui perto. Não temos muitas coisas pra comprar deles, a não ser as frutas. O camarão, a gente nem põe no cardápio, porque nem sempre tem de qualidade. (Comerciante, 49 anos, moradora Igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

Até bem pouco tempo por exemplo, eu comprava açaí de um senhor que tira aqui [...] já houveram algumas outras vezes que comprei, né? Como falei pra você, cupuaçu e açaí. É mais nessa questão de frutas mesmo. (Comerciante, 39 anos, moradora Igarapé Combu e dona de restaurante, 10 de novembro de 2017).

No Ver-o-Peso tem tudo bom e novo. Ontem eu trouxe meu peixe, novinho. Me preocupo com qualidade (Comerciante, 39 anos, morador Igarapé Combu e dono de restaurante, 10 de novembro de 2017).

A partir da leitura dos cardápios dos restaurantes e dos relatos dos entrevistados, observou-se que para os elementos culinários originados para além da região, encontram-se aqueles adquiridos em supermercados (bacalhau, farinha de rosca, vinhos, bebidas alcóolicas, cebola, tomate, palmito, cogumelos, ovos, batata, cenoura, molhos industrializados, massas, carne bovina, carne suína, feijão, arroz, morango, abacate, melancia, leite condensado, creme de leite, leite de coco, chocolate, açúcar, refrigerante, água mineral, temperos prontos e demais produtos industrializados) e com atravessadores que podem ser localizados principalmente nas feiras do Porto da Palha e do Ver-o-Peso, na praça Princesa Isabel e nas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (CEASA) (batata, uva, cenoura, abobora, beterraba, leite, iogurtes, cereja, abacate, ovos, laranja, maracujá, banana, pimentão, limão, tangerina, melancia, alface americana, batata, mandioca, cebola, alho, tomate, sardinha e anchova). Assim, as correlações com outras regiões do Brasil são acentuadas na Ilha, tornando-se indispensáveis para manter a concorrência entre os restaurantes e com outros atrativos turísticos da cidade.

Ainda que seja comum a variedade desses produtos industrializados ou típicos de outras regiões, compondo detalhes dos pratos e receitas, o diferencial encontra-se na proposta regional, caracterizada principalmente por peixes, crustáceos e mariscos, acompanhados de ervas, de raízes e de frutas da região. Dentro da Ilha adquirem-se, principalmente, frutas e polpas. Nas negociações realizadas com as demais comunidades do entorno, é comum a compra de frutas, de polpas e de farinha, como no caso da comunidade quilombola do Abacatal, no Município de Ananindeua, e da comunidade Boa Vista, no Município do Acará.

Revela-se ainda a importância das feiras para a aquisição de produtos como o pescado, uma vez que a pesca realizada na Ilha é reduzida e praticamente só para consumo próprio das famílias. As falas reproduzem a preocupação em atender com maior qualidade e eficiência aos clientes, sempre exigentes quanto à apresentação e forma de preparo dos pratos. As demais compras, em sua maioria, acontecem durante a semana nas primeiras horas do dia, quando os comerciantes atravessam nas embarcações para o continente indo em direção aos centros de abastecimento.

Outro aspecto diferenciado dos restaurantes da Ilha e que se estende pelas praias e balneários da região, são as vendas de produtos dos cardápios sob o regime de “meia-porção” ou “porção para duas ou mais pessoas”. Nesse caso, os pratos podem ser comprados “a retalho” ou divididos por mais de um cliente. Para Montenegro (2011), esse processo permite alcançar e atender aos anseios das populações de menor renda, que no período atual procuram imitar o padrão de consumo das camadas mais abastadas.

A internet, utilizada para produzir propaganda, tem nas redes sociais e nos sites formas baratas de divulgar serviços e eventos (cartazes, grupos e páginas virtuais), oportunizando trocas de informações sobre os serviços de alimentação e sobre as festas promovidas pelos comerciantes. Também é usada “para obter informações sobre técnicas, mercados, incentivos e oportunidades de negócios. O resto da informação e da propaganda provém de revistas especializadas e da troca de informações orais (boca a boca)” (SILVEIRA, 2004, p. 19).

Os depoimentos de clientes nesses ambientes virtuais, a respeito da experiência obtida durante a estada na Ilha, tornam-se um termômetro para os comerciantes que não possuem condições de contratar empresas de consultoria, de *marketing* ou voltadas para pesquisas de mercado.

Essa rapidez na difusão, propiciada pelo uso de tecnologias (SANTOS, 2014), é relevante até mesmo para garantir a segurança dos comerciantes que, da mesma maneira que outros moradores e comerciantes de regiões periféricas, são alvos permanentes de assaltos em suas casas e estabelecimentos.

Uma especificidade do que vem acontecendo com o circuito inferior é que, dentro de suas condições de pobreza, há a (re)adequação às novas técnicas e não a ausência delas, tendo a tecnologia a capacidade de estender as pequenas atividades e comércios para além de suas regiões (MONTENEGRO, 2011). Na busca por atender progressivamente às exigências dos clientes, a maioria dos estabelecimentos de alimentação, o comércio de chocolate artesanal e alguns condutores de embarcação, aceitam as principais bandeiras de cartões de crédito.

A informação e o acesso ao crédito demonstram as distinções entre os produtores e comerciantes, sendo os mais capitalizados, membros das associações e das cooperativas, participando de mais cursos e eventos de capacitação, principalmente, os promovidos pelo governo do estado e pelo SEBRAE.

Os avanços das linhas de crédito rural, da aquisição de novas tecnologias da informação e a valorização do discurso sobre a importância de formar pequenos empreendedores treinados e capacitados para a atividade turística (Quadro 02), reforça a interdependência do circuito inferior da Ilha ao circuito superior. Cabendo ao Estado, por sua capacidade de potencializar o desenvolvimento das empresas do circuito superior da economia, assumir o próprio papel desse circuito, uma vez que gera relações de complementaridade atendidas quase que exclusivamente pelas grandes empresas (MONTENEGRO, 2011).

Quadro 02 – Ilha do Combu: formação empreendedora em turismo para moradores e comerciantes

Curso	Período	Público-alvo	Executor	Parceiros
Conductor de Trilhas e caminhadas	2016	Ilhas do Combu, das Onças e de Cotijuba	SETUR / PEQ-tur-PA	BPA, IDEFLOR-BIO e FUNBOS-QUE

Projeto Cozinha Brasil	2016	Ilhas do Combu, das Onças e de Cotijuba	PEQtur (SETUR)	SESI
Boas práticas na manipulação de alimentos	2016	Moradores ilha do Combu	PEQtur (SETUR)	SENAR / IDEFLOR-BIO
Garçom	2016	Moradores ilha do Combu	ABRADESA	PEQtur (SETUR) / Restaurante Saldosa Maloca
Qualidade no atendimento	2017	Moradores representantes das comunidades tradicionais que moram nas unidades de conservação da região metropolitana de Belém e Agentes Ambientais Comunitários APA Combu.	SENAR	IDEFLOR-BIO / SETUR
Oficina educação ambiental	2017	Membros do programa Agentes Ambientais Comunitários da APA Combu	IDEFLOR-BIO	IMAZON
Ciclo de palestras sobre hospitalidade turística (turismo de base comunitária, meios de hospedagem, planejamento comunitário, ética e bem receber, associativismo e cooperativismo)	2017	Moradores representantes das comunidades tradicionais que moram nas unidades de conservação da região metropolitana de Belém e Agentes Ambientais Comunitários APA Combu.	IDEFLOR-BIO	IFPA, SEASTER, SETUR

Fonte : Trabalho de campo realizado de julho de 2017 a janeiro de 2018 e com base no PEQTUR (2014).

Existe a preocupação que com as intervenções e políticas urbanas, cercadas por intensa publicidade em torno da "biodiversidade" e da "cultura", criem-se em Belém uma psicofera de "cidade da criatividade". Para isso são retirados investimentos públicos de setores sociais, transferindo-os para projetos econômicos que privilegiam poucos, aumentando, assim, o desemprego e as baixas condições de vida da população, que vai sendo cada vez mais expulsa para áreas distantes das suas antigas moradorias e, por conseguinte, acentuando-se de maneira considerável a pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo, ao se interpor analiticamente entre os dois circuitos da economia urbana, aparece inserido na divisão da produção de bens materiais, que podem ser encontrados no circuito inferior e por meio da circulação de bens imateriais, como o patrimônio cultural (culinária, arte, festas, a história) e as diversas formas de uso da natureza (apoderamento de conhecimentos, inovações e práticas detidas pelas comunidades tradicionais, que vão desde as formas de cultivo e extração, até o controle biológico) visualizados no circuito superior.

Por mais que novas relações da divisão social do trabalho sejam impostas e uma nova dinâmica de produção faça da Ilha do Combu um espaço turístico, isto é, ocorra apropriação de diferentes locais pela prática do turismo, as dimensões de trabalhos anteriores não são completamente extintas, permanecendo os movimentos que colidem com as diferentes formas de dominação do capital.

Conclui-se que, nas atividades turísticas e de lazer na Ilha do Combu, à luz dos circuitos da economia urbana de Santos (2008) e atualizados por diversos outros autores no decorrer dos anos, prevalecem os negócios do circuito inferior, de grau reduzido de tecnologia e de capital, de mão de obra familiar e, em alguns casos, não assalariada, de pouca organização, que adentram no circuito superior a partir da comercialização realizada pelos agentes do circuito superior marginal e por meio das ações do poder público.

A teoria dos circuitos espaciais econômicos permitiu compreender como se formam ou se (re)organizam os espaços de lazer e de turismo em uma ilha de Belém, que, por sua complexidade, dominam e transformam as economias pobres e as relações de trabalho, interferindo profundamente na vida das pessoas da região insular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, cap. 1, p. 11-74.

BICUDO JR., E. C. *O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro*. 2006. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil: diretrizes políticas*. Brasília, Ministério do Turismo. 2004.

CAMELY, N. C. *A Geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o Estado do Acre*. 2009. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

CIRILO, B. B. *O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu*. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

DERGAN, J. M. B. *História, memória e natureza: as comunidades da Ilha de Combu – Belém (PA) 1980-2006*. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MIRANDA, L.M. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. *Labor & Engenho*, Campinas, v.9, n.2, 2015. < <http://www.conpadre.org> >. Acesso em: 14 dez 2017.

MOLINA, F. S. *Turismo e produção do espaço: o caso de Jericoacoara*. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NUNES, T. G. *Viver às margens do rio: identidade e pertença na Ilha do Combu/PA*. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, J. B. *Territórios e políticas de ação afirmativa para remanescentes quilombolas na Amazônia: Programa Raízes e Pará Quilombola nas comunidades de Itacoã-Miri e Guajará Miri*. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PARÁ. Governo do Estado. *Plano de desenvolvimento do turismo do estado do Pará (PDT-PA)*. Belém: Companhia Paraense de Turismo - PARATUR; THR - Assessoria em Turismo Hotelaria e Recreação, 2001.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. *Diagnóstico da área e das atividades turísticas do Pólo Belém – PA*. Belém: PARATUR; CHIAS Marketing, 2009.

PARÁ. Governo do Estado. *Plano Ver-o-Pará – Plano estratégico de turismo do estado do Pará*. Belém: PARATUR; CHIAS Marketing, 2011 (Fase II: o planejamento estratégico).

RIBEIRO, J. A. *Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, Belém/PA: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação*. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2010.

RODRIGUES, E. B. *Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém*. Belém: NAEA, 1996.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, C. H. C. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial, *Revista Geografia Ensino e Pesquisa*, Santa Maria, v.16, n. 2, p. 47-61, maio. 2012.

SILVEIRA, M. L. Os circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras. In: Seminário Internacional da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre globalização e território. 8, 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Belo Horizonte: Seminário RII, 2004, p. 1-25.

TRIGO, L. G. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas: Papirus, 1993.